

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Requerimento de Sessão 420/2021

Protocolo 32914 Envio em 11/11/2021 14:55:53

Requer ao Sr. Prefeito Municipal informações sobre o pagamento de Precatórios e RPV.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

O vereador infra-assinado, em conformidade com as normas regimentais, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, as seguintes informações:

- 1) Quantos são os precatórios que ainda estão pendentes?
- 2) Quantos destes já foram disponibilizados os valores para o Depre (Departamento de Precatórios)?
- 3) Qual o valor total que a prefeitura terá que disponibilizar para o pagamento e se já existe uma previsão orçamentária para que isso ocorra?
- 4) Quanto as RPV's quais têm sido as ações desenvolvidas pelo executivo para pagamento dos mesmos?

JUSTIFICATIVA

O vereador que neste subscreve requer as informações referente a esse assunto, em atendimento a solicitação daqueles que já tiveram suas ações judiciais julgadas favoráveis contra a prefeitura.

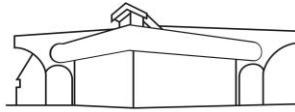
Precatórios

Precatório é um tipo de requisição de pagamento que a Fazenda Pública é condenada a pagar após processo judicial transitado em julgado. Tem direito a receber os **precatórios** as pessoas físicas e/ou jurídicas que processaram determinado órgão público e ganharam a causa, após sentença transitada em julgado.

Precatórios são dívidas do governo com sentença judicial definitiva, podendo ser em relação a questões tributárias, salariais ou qualquer outra causa em que o poder público seja o derrotado.

Requisições de Pequeno Valor (RPV)

Nem toda dívida da Fazenda Pública se torna precatório. Aquela de menor valor, chamada Requisição de Pequeno Valor (RPVs), é regulamentada pelo Código de



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

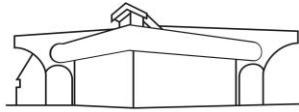
Processo Civil, que determina que o pagamento seja feito no prazo máximo de dois meses contados desde a entrega da requisição. No caso das RPVs, o pagamento é ordenado pelo juiz de 1º grau. O teto máximo para pagamento por meio de RPVs é definido por lei própria de cada ente federativo, levando em conta as diferentes capacidades econômicas. No caso do Estado de São Paulo, condenações de até 440,214851 Ufesp (o equivalente a R\$ 12.154,33 em 2020) são pagas por meio de RPVs. O restante é pago com precatórios.

Salientamos também que essa preocupação se dá por conta da aprovação na ultima terça feira (10 de Nov 2021 em 2º turno) da PEC dos Precatórios ([PEC 23/21](#), do Poder Executivo), que limita o valor de despesas anuais com precatórios, corrige seus valores exclusivamente pela Taxa Selic e muda a forma de calcular o teto de gastos.

OS NÚMEROS DOS PRECATÓRIOS

Sem a aprovação da PEC 23/21, o pagamento de precatórios subiria de **R\$ 54,7 bilhões (valor deste ano) para **R\$ 89,1 bilhões**, no ano que vem**

- Com a PEC, haverá um limite de **R\$ 44,5 bilhões** para precatórios no ano que vem
- A PEC também muda o cálculo do teto de gastos, abrindo um espaço de **R\$ 47 bilhões** para despesas do governo
- **R\$ 17,6 bilhões** dos precatórios para 2022 referem-se a dívidas do Fundef
- **R\$ 17,3 bilhões** dos precatórios são do INSS ou do RGPS
- **R\$ 1,5 bilhão** dos precatórios são do Incra
- **R\$ 805 milhões** dos precatórios são de universidades e institutos federais de ensino superior
- **158.426 precatórios** foram expedidos para 2022
- **95%** dessas dívidas, ou 150.965 precatórios, têm valores até R\$ 540 mil. Somados, esses precatórios levariam a pagamentos de **R\$ 22 bilhões**
- **7.412 precatórios** (4%) custam entre R\$ 540 mil e R\$ 66 milhões, somando **R\$ 12 bilhões**
- **49 precatórios** têm valores acima de R\$ 66 milhões, somando **R\$ 26 bilhões**
- Na conta para 2022, somam-se ainda **R\$ 19,9 bilhões** em requisições de pequeno valor (RPVs), de até 60 salários mínimos ou quase **R\$ 70 mil**
- **R\$ 43,7 bilhões** dos precatórios para 2022 foram expedidos pelos cinco Tribunais Regionais Federais, enquanto o Supremo Tribunal Federal emitiu **R\$ 16,6 bilhões**



Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Palácio Legislativo Água grande, 11 de Novembro de 2021.

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO

Vereador

Requerimento de Sessão 420/2021 Protocolo 32914 Envio em 11/11/2021 14:55:53
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de Julho de 2021, por Daniel Rodrigues Faustino.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapi.paraguacupaulista.sp.gov.br/media/sapi/public/materialegislativa/2021/16870/16870_original.pdf

Plenário “Vereador Oscar Porfírio Neto”

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br

